

CNBB insiste em plebiscito sobre dívida

■ Bispo conversa com FH e Malan no Planalto mas mantém convocação

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA - A cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que conseguiu apoio do governo de Minas Gerais para confeccionar as cédulas do plebiscito, previsto para 7 de setembro, sobre o pagamento da dívida externa, foi convocada ontem ao Palácio do Planalto para uma conversa com o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Após o encontro, que durou duas horas e meia, no gabinete de Fernando Henrique, o presidente da CNBB, Dom Jaime Chemello, disse que o plebiscito está mantido.

O porta-voz da Presidência da República, Georges Lamazière, afirmou que "o diálogo foi muito positivo, houve uma boa troca de idéias mas os dois lados acordaram que o conteúdo da conversa deveria permanecer entre eles".

Fernando Henrique e Malan expuseram aos bispos as razões que levam o governo a não apoiar o plebiscito proposto pela CNBB. O presidente mostrou dados sobre investimentos na área social e disse como vai aplicar os R\$ 4 bilhões conseguidos com a redução de metas fiscais com o FMI.

Entrevista - Ao sair do Planalto, Dom Jaime Chemello fez uma única declaração: "O plebiscito sai. Não tem jogo". Amanhã ou sexta-feira, ele dará entrevista coletiva para expor o que ficou decidido no encontro. Dom Jaime negou que Fernando Henrique tenha pedi-

do que não revelasse as propostas feitas pelo governo.

A atitude da CNBB é vista com preocupação pelo governo. A entidade que representa os bispos da Igreja católica conseguiu apoio do governo de Minas Gerais e da Assembleia Legislativa para confeccionar as cédulas do plebiscito.

"Conseguimos apoio do governo de Minas Gerais e da Assembleia do Ceará para ajudar na confecção das cédulas. Só a Assembleia do Ceará vai ajudar com 500 mil cédulas", informou o padre José Alfredo Gonçalves, da Pastoral Social. A CNBB espera contar ainda com ajuda de outros governos estaduais, acrescentou.

Auditoria - Segundo o padre José Alfredo, a intenção da CNBB, ao convocar o plebiscito, é tentar a realização de uma auditoria na dívida externa, conforme está previsto na Constituição de 1988. "Está havendo desvio de recursos que eram da área social para o pagamento de juros da dívida externa", alegou.

Segundo o coordenador da Pastoral Social, em 1999, o governo gastou US\$ 15,2 bilhões só com o pagamento de juros, além de US\$ 51,9 bilhões com a amortização da dívida externa, totalizando US\$ 67,1 bilhões. Entretanto, criticou o padre José Alfredo, os gastos sociais do governo no ano passado foram de apenas R\$ 32,2 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões na educação, R\$ 19 bilhões na Saúde e R\$ 1,2 bilhão na reforma agrária.